

Saepar Serviços e Participações S.A.
CNPJ 03.979.930/0001-27



Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2018. A Companhia apresentou lucro de R\$184,5 milhões em 2018, frente a um lucro de R\$233,3 milhões em 2017. Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.A DIRETORIA.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
(em milhares de reais)			
	Notas	2018	2017
Ativo			
Ativo circulante		118.294	71.496
Disponível	5	107	247
Caixa e bancos	–	107	247
Aplicações financeiras	6	47.118	18.718
Aplicações financeiras	–	47.118	18.718
Títulos e créditos a receber	7	71.069	52.531
Títulos e créditos a receber	–	3.596	4.203
Dividendos a receber	–	58.698	45.760
Créditos tributários e previdenciários	8.1	8.752	2.391
Outros créditos a receber	–	23	177
Ativo não circulante	–	1.417.282	1.265.599
Realizável a longo prazo	–	12.591	10.852
Títulos e créditos a receber	7	12.591	10.852
Créditos tributários e previdenciários	8.1	2.718	1.316
Depósitos judiciais e fiscais	12.1	9.873	9.536
Investimentos	–	1.404.411	1.254.039
Participações societárias	9	1.372.859	1.238.822
Agio	9	30.862	14.509
Outros investimentos	–	92	92
Propriedade para investimento	–	598	616
Imobilizado	–	126	467
Intangível	–	154	241
Software	–	1.759	1.759
Amortização acumulada	–	(1.605)	(1.518)
Total do ativo		1.535.576	1.337.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
(em milhares de reais)			
	Notas	2018	2017
Receita líquida	14.1	34.478	36.309
Resultado de equivalência patrimonial	9	185.515	219.186
Outras receitas e despesas	–	(10.632)	(10.912)
Despesas operacionais	–	(293)	(171)
Despesas administrativas	14.2	(6.149)	(7.186)
Despesas com tributos	–	(6.776)	(5.186)
Receitas financeiras	14.3.1	3.386	2.187
Despesas financeiras	14.3.2	(875)	(649)
Resultado na venda de ativos - investimentos, imobilizado e intangível	–	(2)	(8)
Outras	–	77	101
Resultado antes de impostos e contribuições	–	209.361	244.583
Imposto de renda	15	(18.111)	(8.218)
Contribuição social	15	(6.783)	(3.070)
Lucro líquido do exercício		184.467	233.295
Quantidade de ações		2.925	2.842
Lucro líquido por ação		63,07	82,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017										
(em milhares de reais)										
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	
Saldos em 01/01/2017	1.701.704	(25.588)	146.922	1.630.358	1.777.280	(1.009.261)	(6.457)	–	2.437.678	–
Transações de capital	–	3.889	–	–	–	–	(5.318)	–	–	(1.429)
Aumento de capital com reservas de lucros conforme AGOE do dia 28/04/2017	146.921	–	(146.921)	–	(146.921)	–	–	–	–	–
Aumento de capital com juros sobre capital próprio conforme ata do dia 18/04/2017	59.619	–	–	–	–	–	–	–	–	59.619
Redução de Capital cfe AGE de 23/08/2017	(1.181.857)	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.181.857)
Cancelamento de ações em tesouraria	–	–	–	(1.009.261)	(1.009.261)	1.009.261	–	–	–	–
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	18.992	–	–	18.992
Reflexo de dividendos prescritos de investidas	–	–	–	–	–	–	–	106	–	106
Dividendos intermediários conforme ata do dia 08/05/2017, sendo R\$4.073,65 (em reais) por ação	–	–	–	(11.577)	(11.577)	–	–	–	–	(11.577)
Dividendos intermediários conforme ata do dia 21/08/2017, sendo R\$81.299,11 (em reais) por ação	–	–	–	(231.053)	(231.053)	–	–	–	–	(231.053)
Juros sobre o capital próprio a pagar conforme ata do dia 18/12/2017, sendo R\$15.833,92 (em reais) por ação	–	–	–	(45.000)	(45.000)	–	–	–	–	(45.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	233.295	–	233.295
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	–	–	11.670	–	11.670	–	–	(11.670)	–	–
Reserva estatutária	–	–	–	166.298	166.298	–	–	(166.298)	–	–
Dividendos intermediários conforme ata do dia 08/05/2017, sendo R\$4.073,65 (em reais) por ação	–	–	–	11.577	11.577	–	–	(11.577)	–	–
Dividendos intermediários conforme ata do dia 21/08/2017, sendo R\$81.299,11 (em reais) por ação	–	–	–	43.856	43.856	–	–	(43.856)	–	–
Saldos em 31/12/2017	726.387	(21.699)	11.671	555.198	566.869	–	7.217	–	1.278.774	–
Aumento de capital com reservas de lucros conforme AGOE do dia 27/04/2018	11.670	–	(11.670)	–	(11.670)	–	–	–	–	–
Aumento de capital com juros sobre capital próprio conforme AGOE do dia 27/04/2018	38.250	–	–	–	–	–	–	–	–	38.250
Aumento de capital com dinheiro conforme AGOE do dia 27/04/2018	83	–	–	–	–	–	–	–	–	83
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	1.065	–	–	1.065
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	184.467	–	184.467
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	–	–	9.223	–	9.223	–	–	(9.223)	–	–
Reserva estatutária	–	–	–	129.183	129.183	–	–	(129.183)	–	–
Dividendos obrigatórios - R\$10.619,15 (em reais) por ação	–	–	–	–	–	–	–	(31.061)	–	(31.061)
Juros sobre o capital próprio a pagar conforme ata do dia 30/04/2018, sendo R\$5.128,21 (em reais) por ação	–	–	–	–	–	–	–	(15.000)	–	(15.000)
Saldos em 31/12/2018	776.390	(21.699)	9.224	684.381	693.605	–	8.282	–	1.456.578	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A **SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, denominada “Companhia”, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121, Cidade Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, constituída em 26/07/2000, tendo como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, a realização de empreendimentos, prestação de serviços em geral, especialmente no ramo de seguros e a participação em outras sociedades. A Companhia é controlada pela Sul América S.A., denominada “SASA”. A SASA, controladora da Companhia, tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,87% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou em 27/02/2019 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2018, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista o atendimento às condições previstas no item 04 do CPC 36, destacando-se que sua controladora Sul América S.A. apresenta demonstrações financeiras consolidadas. A Diretoria autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/03/2019. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** **3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. **3.2.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “custo amortizado” são classificados como “valor justo por meio de outros resultados abrangentes” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, líquidas de seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável apresentar redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.3. Investimentos - participações societárias:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • Ágios representam valor pago em excesso ao valor justo líquido dos ativos adquiridos na respectiva data de aquisição, com base na expectativa de geração de lucros futuros. Ágios são contabilizados no investimento, na controladora. Ágios não tem vida útil definida e, portanto, não são amortizados, e tem seu valor recuperável testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor, conforme descrito na nota 3.4. Em situação de venda de controlada ou coligada que tenha originado o ágio em sua aquisição, tal ágio é considerado na apuração de ganhos e perdas da operação; e • O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. **3.4. Redução ao valor recuperável:** **3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuro projetados. **3.4.2. Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revistos no

mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de 5 anos, conclui-se a partir deste estudo que esses créditos tributários serão consumido em até 1 ano. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.6. Passivos financeiros circulantes e não circulantes:** Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras. **3.7. Provisões para ações judiciais:** A Companhia e suas controladas constituem provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico Interno e pela Administração da Companhia e de suas controladas. **3.7.1. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e são reconhecidas nas demonstrações financeiras, na rubrica “Obrigações a pagar”, no passivo não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Tributos e contribuições”, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.8. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.9. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Os principais itens das demonstrações financeiras registrados com base em estimativas referem-se à apuração do valor justo das aplicações financeiras, ao registro dos créditos tributários com base na expectativa de resultados futuros e à constituição de provisões para ações judiciais registradas com base na expectativa da decisão final dos processos. **3.10. Normas emitidas e revisadas:** **3.10.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras:** A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2018. • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contratos de clientes – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) – Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 – 2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 – Em vigor a partir de 01/01/2018; e • ICPC 21 / IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento – Em vigor a partir de 01/01/2018. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2018 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** Uma série de novas normas estará efetiva

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017		
(em milhares de reais)		
	2018	2017

Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	209.361	244.583
Mais		
Depreciações e amortizações	447	625
Juros e variações monetárias de provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	317	502
Outros	–	10
Menos		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(185.515)	(219.186)
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(316)	(505)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	(54)	(154)
Outros	–	(8)
Atividades operacionais	(28.710)	(6.989)
Variação de aplicações financeiras	(21.938)	–
Variação de títulos e créditos a receber e outros ativos	3.391	22.419
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	35.286	16.584
Variação de contas a pagar e outros débitos	(6.028)	(11.121)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.235)	(6.623)
Imposto de renda na fonte sobre juros sobre o capital próprio	–	(8.075)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	21.944	32.062
Atividades de investimento		
Compra e venda de participações societárias:		
Compra	(146)	(111)
Aumento de capital em controladas	(146)	(111)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(22.084)	(111)
Atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	–	(31.858)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	–	(31.858)
Aumento/(Redução) no caixa	(140)	93
Caixa no início do exercício	247	154
Caixa no fim do exercício	107	247
Aumento/(Redução) no caixa	(140)	93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)		
--	--	--

Lucro líquido do exercício	184.467	233.295
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos / (perdas) atuariais, não realizados com plano de pensão de benefício definido	(472)	(449)
Efeitos fiscais	160	152
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:		
Ganhos não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	(6)	3
Efeitos fiscais	2	(1)
Ganhos / (perdas) de variação de participação acionária	9	6
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	9	1.375
Transação de capital	–	(5.318)
Componentes do resultado abrangente	1.065	13.674
Resultado abrangente do exercício	185.532	246.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que a norma a seguir possa ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial. • IFRS 16 / CPC 6 (R2) – Arrendamento mercantil – Em vigor a partir de 01/01/2019. A IFRS 16/CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2019 e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários com reconhecimento de um ativo representado pelo direito de uso de utilizar o ativo arrendado e de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor e foram

→☆continuação

Saepar Serviços e Participações S.A. | CNPJ 03.979.930/0001-27

adotadas pela Companhia, quando aplicável. A Companhia irá aplicar a norma em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, sem atualização das informações comparativas. Não haverá efeitos cumulativos a serem reconhecidos como ajustes ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Em 31/12/2018, o impacto mais significativo identificado refere-se ao reconhecimento de novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais do aluguel da sede do Rio de Janeiro (novo contrato), que totaliza R\$156. Outro ponto a se destacar é que a entrada em vigor da IFRS 16 está relacionada com a natureza das despesas dos contratos de arrendamento, que passarão a ser reconhecidos como depreciação de ativos de direito de uso, bem como o reconhecimento da despesa de juros sobre obrigações de arrendamento em substituição à despesa linear de arrendamento operacional. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda – Em vigor a partir de 01/01/2019; e • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 – Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4. **Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (“Enterprise Risk Management – ERM”) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR) de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada umas das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. 4.1. **Risco de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, e é monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos, é apurado o VaR (value at risk) e são realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress tests são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. **Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros em 31/12/2018 e 2017.

2018								
Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros								
Aplicações Financeiras	11.818	–	14.848	16.800	47.121	47.118	(3)	47.118
Valor justo por meio do resultado	11.818	–	–	–	11.818	11.818	–	11.818
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	14.848	16.800	35.303	35.300	(3)	35.300
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	58.698	–	–	–	58.698	58.698	–	58.698
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	43.811	–	–	–	43.811	43.811	–	43.811

2017								
Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros								
Aplicações Financeiras	5.546	167	–	13.003	18.716	18.718	2	18.718
Valor justo por meio do resultado	5.546	–	–	–	5.546	5.546	–	5.546
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	167	–	13.003	13.170	13.172	2	13.172
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	45.760	–	–	–	45.760	45.760	–	45.760
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	38.250	–	–	–	38.250	38.250	–	38.250

4.2. **Risco de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-lo nos termos em que foi acordado. A carteira da Companhia é composta por títulos públicos e cotas de fundo de investimentos administradas por instituição de primeira linha. 5. **Disponível:** Os saldos de disponível estão mensurados a valor justo através de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2018	2017
Caixa e bancos	107	247
Total	107	247

6. Aplicações financeiras: 6.1. Composição das aplicações financeiras:

2018						
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil		
Títulos de renda fixa - públicos	–	–	35.303	35.300		35.300
Letras financeiras do tesouro	–	–	35.303	35.300	SELIC	35.300
Cotas de fundos de investimentos	11.818	11.818	–	–		11.818
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	11.818	11.818	–	–		11.818
Subtotal	11.818	11.818	35.303	35.300		47.118
Percentual total - contábil		25,08%		74,92%		100,00%
Total						47.118
Circulante						47.118

2017						
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil		
Títulos de renda fixa - públicos	–	–	13.170	13.172		13.172
Letras financeiras do tesouro	–	–	13.170	13.172	SELIC	13.172
Cotas de fundos de investimentos	5.546	5.546	–	–		5.546
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	5.546	5.546	–	–		5.546
Subtotal	5.546	5.546	13.170	13.172		18.718
Percentual total - contábil		29,63%		70,37%		100,00%
Total						18.718
Circulante						18.718

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos de renda fixa.

6.2. Movimentação das aplicações financeiras

Descrição	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 01/01/2017	10.293	1.433		11.726
Aplicações	27.072	19.467		46.539
Rendimento resgate	(878)	-		(878)
Principal resgate	(31.665)	(8.211)		(39.876)
Resultado financeiro	727	480		1.207
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(3)	-		(3)
Ajuste a valor de mercado	-	3		3
Saldo em 31/12/2017	5.546	13.172		18.718

Descrição	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31/12/2017	5.546	13.172		18.718
Aplicações	34.001	49.859		83.860
Rendimento resgate	(324)	(152)		(476)
Principal resgate	(27.810)	(30.132)		(57.942)
Resultado financeiro	407	2.559		2.966
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(2)	-		(2)
Ajuste a valor de mercado	-	(6)		(6)
Saldo em 31/12/2018	11.818	35.300		47.118

6.3. **Análise de sensibilidade das aplicações financeiras:** As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas considerando a metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: Volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Após nossas análises as sensibilidade foram imateriais. 6.4. **Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos. Em 31/12/2018 e 2017 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: **(i) Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **(ii) Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **(iii) Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1: Títulos de renda fixa - públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; e **Nível 2: Cotas de fundos de investimentos não exclusivos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Descrição

Nível 1

Nível 2

Total

Ativos financeiros

Valor justo por meio do resultado

–

11.818

11.818

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

35.300

–

35.300

Total

35.300

11.818

47.118

2017

Descrição

Nível 1

Nível 2

Total

Ativos financeiros

Valor justo por meio do resultado

–

5.546

5.546

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

13.172

–

13.172

Total

13.172

5.546

18.718

7. Títulos e créditos a receber:

Descrição	2018	2017
Créditos tributários e previdenciários (nota 8)	11.470	3.707
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	58.698	45.760
Depósitos judiciais e fiscais (nota 12.1)	9.873	9.536
Outros	3.619	4.380
Total	83.660	63.383
Circulante	71.069	52.531
Não circulante	12.591	10.852

8. Créditos e débitos tributários diferidos: A seguir, posição dos créditos tributários e previdenciários líquidos dos débitos tributários. 8.1. Créditos tributários e previdenciários:

Descrição	2018	2017
Tributos a compensar / recuperar (nota 8.2)	9.679	3.318
Créditos tributários (nota 8.3)	1.836	1.452
Débitos tributários (nota 8.3)	(45)	(1.063)
Total	11.470	3.707
Circulante	8.752	2.391
Não circulante	2.718	1.316

8.2. Tributos a compensar / recuperar:

Descrição	2018	2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	9.479	2.441
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	86	754
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	94	101
Outros	20	22
Total	9.679	3.318
Circulante	8.752	2.391
Não circulante	927	927

8.3. Movimentação dos créditos e débitos tributários:

As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos exercícios.

Descrição	Saldo em 01/01/2017	Constituição	Realização/ baixa	Saldo em 31/12/2017
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	1.074	190	-	1.264
Participações nos lucros	19	33	(10)	42
Perda atuarial com plano de benefício definido	-	146	-	146
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.093	369	(10)	1.452
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	683	-	(683)	-
Total dos créditos tributários	1.776	369	(693)	1.452
Atualizações de depósitos judiciais	(889)	(174)	-	(1.063)
Ganho atuarial com plano de pensão de benefício definido	(7)	-	7	-
Total dos débitos tributários	(896)	(174)	7	(1.063)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	880	195	(686)	389

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização/ baixa	Saldo em 31/12/2018
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	1.264	164	-	1.428
Participações nos lucros	42	71	(12)	101
Perda atuarial com plano de benefício definido	146	161	-	307
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.452	396	(12)	1.836
Total dos créditos tributários	1.452	396	(12)	1.836
Atualizações de depósitos judiciais	(1.063)	(99)	1.117	(45)
Total dos débitos tributários	(1.063)	(99)	1.117	(45)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	389	297	1.105	1.791

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos. As bases e os tributos não registrados contabilmente, em sua maioria composta por amortizações de ágio em investimentos, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Base	Créditos tributários não reconhecidos
Diferenças temporárias - IRPJ	21.753	5.438
Diferenças temporárias - CSLL	21.883	1.969
Total	43.636	7.407

9. Participações societárias: Em 31/12/2018 e 2017, o investimento é composto conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Sul América Companhia Nacional de Seguros	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Sul América Serviços Participações S.A.	Docway Aplicativo para Serviços de Saúde S.A.	Cival Reinsurance Company Ltd.	Total
Saldo em 01/01/2017	2.229.193	216.391	–	–	518	2.446.102
Aumento de capital (b) (c)	48.284	–	–	–	111	48.395
Ganho (perda) de capital (f)	3.470	(5)	–	–	–	3.465
Compra e/ou (venda) de ações (d) (e)	(1.181.857)	(231.053)	–	–	–	(1.412.910)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(63.851)	(1.563)	–	–	–	(65.414)
Equivalência patrimonial (a)	203.341	15.948	–	–	(103)	219.186
Variação cambial	–	–	–	–	8	8
Ajustes de avaliação patrimonial	14.111	1.711	–	–	–	15.822
Outros ajustes	106	(1.429)	–	–	–	(1.323)
Saldos em 31/12/2017	1.252.797	–	–	–	534	1.253.331
Aquisição da Docway (g)	–	–	–	21.938	–	21.938
Aumento de capital (b) (c)	10.473	–	–	50	–	10.619
Ganho (perda) de capital (f)	6	–	–	–	–	6
Juros sobre capital próprio	(69.057)	–	–	–	–	(69.057)
Equivalência patrimonial (a)	186.879	–	(10)	(1.256)	(98)	185.515
Variação cambial	–	–	–	–	(6)	(6)
Ajustes de avaliação patrimonial	1.375	–	–	–	–	1.375
Saldo em 31/12/2018	1.382.473	–	40	20.682	526	1.403.721

(a) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia contempla os ajustes no patrimônio líquido de suas investidas provenientes da harmonização entre as práticas contábeis, quando necessário;

(b) Em 29/03/2018, a Companhia aumentou o capital da SALIC com juros sobre o capital próprio no montante de R\$10.473, com a emissão de 1 nova ação ordinária, sendo nominativa, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$10.473.453,61 (reais) por ação. Em 18/04/2017, a Companhia aumentou o capital da SALIC no montante de R\$48.284, em dinheiro, com a emissão de 3 ações ordinárias e 2 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$9.656.878,89 (reais) por ação;

(c) Em 04/07/2018, a Companhia aumentou o capital da CIVAL no montante de R\$96, em dinheiro. Em 03/05/2017, a Companhia aumentou o capital da CIVAL no montante R\$111, em dinheiro;

continua→

Saepar Serviços e Participações S.A. | CNPJ 03.979.930/0001-27

(d) Em 23/08/2017, a Companhia reduziu seu capital no montante de R\$1.181.857, a valor contábil, na data-base 31/07/2017, por ser considerado excessivo, sem alteração na quantidade de ações representativas do capital social e que foi liquidada com a transferência de 120 ações preferenciais da controlada SALIC pela Companhia para a SASA; (e) A baixa de participação na controlada CIA. SAÚDE foi realizada mediante a distribuição de dividendos intermediários deliberados pela Companhia em 21/08/2017, no montante de R\$231.053, a valor contábil, sendo liquidado através da transferência da totalidade da participação acionária que a Companhia detinha na CIA. SAÚDE para a SASA, representados por 3.116.899 ações ordinárias e 1.110.941 ações preferenciais; (f) Referem-se a ganhos e/ou perdas de capital nos investimentos diretos da Companhia, onde a mutação do investimento ocorreu de forma desproporcional, alterando o percentual de participação da Companhia na investida; e (g) Em 07 de dezembro de 2018, a Companhia assinou contrato e concluiu a aquisição de 78,86% das ações da Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. pelo preço de R\$21.938.

	2018					
	Sul América Companhia Nacional de Seguros	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Sul América Serviços Participações S.A.	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	Cival Reinsurance Company Ltd.	Total
Ativo	9.373.835	–	39	6.336	526	
Passivo	4.025.316	–	–	845	–	
Patrimônio líquido	5.348.519	–	39	5.490	526	
Receita líquida	3.547.452	–	–	1.724	–	
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	730.439	–	(11)	(1.592)	(99)	
Percentual de participação (%)	25,58%	–	100,00%	78,86%	100,00%	
Valor contábil do investimento	1.367.964	–	39	4.329	526	1.372.858
Ágio	14.509	–	–	16.353	–	30.862
Quantidade de ações ordinárias	122	–	51.100	117.100	3.000.000	

	2017					
	Sul América Companhia Nacional de Seguros	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Sul América Serviços Participações S.A.	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	Cival Reinsurance Company Ltd.	Total
Ativo	8.749.576	9.406.518	–	–	535	
Passivo	3.919.236	4.521.847	–	–	–	
Patrimônio líquido	4.830.340	4.884.671	–	–	535	
Receita líquida	3.358.752	13.581.731	–	–	–	
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	601.571	894.297	–	–	(103)	
Percentual de participação (%)	25,63%	–	–	–	100,00%	
Valor contábil do investimento	1.238.287	–	–	–	535	1.238.822
Ágio	14.509	–	–	–	–	14.509
Quantidade de ações ordinárias	121	–	–	–	3.000.000	

9.1. **Aquisição de participação:** Em 7 de dezembro de 2018, a Companhia assinou contrato e concluiu a aquisição de 78,86% das ações da Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A., empresa que tem como objeto social atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios relacionados a saúde em geral, bem como o fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente em domicílio, pelo preço de R\$21.938, sendo R\$12.547 pela aquisição de 70,04% da participação acionária e R\$9.391 pela integralização de 43.725 novas ações, passando a deter 78,86% do total das ações. O investimento da Companhia na Docway, tem como objetivo acelerar o desenvolvimento de novas funcionalidades e serviços ofertados elevando o potencial de resultado da empresa. O preço base foi calculado através de um modelo de avaliação econômica-financeira utilizando o método do fluxo de dividendos descontado (DDM – Dividend Discount Model). A operação foi reconhecida a valor justo, de acordo com os critérios definidos no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, sendo que nestas demonstrações financeiras individuais a diferença entre o valor contábil e o valor justo da aquisição é apresentada na conta de Investimentos, e o investimento avaliado pela equivalência patrimonial. Alocação do preço de compra (Purchase Price Allocation - PPA). A Administração efetuou o estudo de alocação do preço de compra, com o apoio de consultoria especializada independente, e apurou um valor total de R\$15.456 de ágio e R\$896 de mais valia de software. **Balanço de abertura:** Em 07/12/2018; o balanço de abertura que contempla 100% do patrimônio líquido da Docway a valor justo e os ajustes efetuados, tem a seguinte composição:

Ativo	Contábil	Ajuste	Valor Justo
Caixa e equivalentes	107	9.391 (a)	9.498
Contas a receber	156	–	156
Total do ativo circulante	263	–	9.654
Imobilizado	25	–	25
Software em desenvolvimento	899	1.137 (b)	2.036
Total do ativo não circulante	924	–	2.061
Total do ativo	1.187	10.528	11.715
Passivo	Contábil	Ajuste	Valor Justo
Fornecedores	82	–	82
Impostos a recolher	23	–	23
Encargos sociais	119	–	119
Empréstimos e financiamentos	3.263	–	3.263
Outras contas a pagar	8	–	8
Total do passivo circulante	3.495	–	3.495
Patrimônio Líquido	(2.308)	10.528	8.220
Total do passivo	1.187	10.528	11.715

(a) Integralização de 43.725 nova ações ordinárias nominativa. (b) Mais valia de Software. O Resultado da Docway de 07/12/2018 a 31/12/2018 foi negativo no montante de R\$1.592, cujo impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia pelo método de equivalência patrimonial foi negativo no montante de R\$1.256.10. **Contas a pagar:** 10.1. Obrigações a pagar:

Descrição	2018	2017
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	43.811	38.250
Obrigações fiscais (nota 12.2)	8.656	8.178
Demais	1.448	1.248
Total	53.915	47.676
Circulante	45.259	39.498
Não circulante	8.656	8.178

10.2. Impostos e contribuições:

Descrição	2018	2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (a)	15.201	1.805
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (a)	5.735	794
COFINS a recolher	2.197	4.365
PIS a recolher	476	947
ISS a recolher	161	184
INSS - parte empresa	186	199
FGTS	13	17
Outros	83	90
Total	24.052	8.401
Circulante	24.052	8.401

(a) A variação encontrada nas linhas de IRPJ e CSLL à pagar se justifica pela diferença entre os valores recebidos e deliberados de juros sobre capital próprio. 11. **Partes relacionadas:** 11.1. **Transações:** As transações com partes relacionadas referem-se a:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2018	2017	2018	2017
Sul América S.A. (a) (b)	Controladora	Sulasapar Participações S.A.	—	—	43.811	38.250
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (e)		Coligada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	—	—	662
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	2	1
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (c)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	—	—	5	2
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	320	175	19	2
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (d) (g)	Controlada	Saepar Serviços e Participações S.A.	58.698	45.760	238	191
Sul América Serviços de Saúde S.A. (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—
Total			59.018	45.935	44.737	39.677

Descrição	Categoria	Controladora	Despesa	
			2018	2017
Sul América S.A. (a) (b)	Controladora	Sulasapar Participações S.A.	–	–
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (e)	Coligada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	(29)	–
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	(34)	(5)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (c)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(69)	(9)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	(13)	(16)
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (d) (g)	Controlada	Saepar Serviços e Participações S.A.	(520)	(836)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	(889)	(810)
Total			(1.554)	(1.676)

(a) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos entre acionistas, titulares ou sócios; (c) Valor referente à taxa de gestão e administração correspondente a 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados; (d) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (e) Valor referente ao seguro saúde e odontológico a funcionários e dirigentes; (f) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; e (g) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio Matriz entre companhias da SulAmérica. Os recursos detidos em aplicação nos fundos administrados pela controlada indireta Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. pelo pessoal-chave da administração da SulAmérica monta R\$70.514 em 31/12/2018 (R\$63.911 em 2017). Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos e pagos pela Companhia, em 31/12/2018 e 2017, estão demonstrados a seguir:

	Dividendos e JCP recebidos		Dividendos e JCP pagos	
	2018	2017	2018	2017
Sulamérica S.A. - SASA	—	—	—	31.858
Sul América Companhia Nacional de Seguros - SALIC	35.286	15.021	—	—
Sul América Companhia de Seguro Saúde – CIA.SAÚDE	—	1.563	—	—
Total	35.286	16.584	—	31.858

Diretoria: Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretores Vice-Presidentes:** Marco Antonio Antunes da Silva; e Ricardo Bottas Dourado dos Santos. **Diretores:** Carlos Alberto Figueiredo Trindade Filho; Laenio Pereira dos Santos; e Patricia Quirico Coimbra. **Contador:** Mauro Reis dAlmeida - CRC - RJ 066.620/O-7.

11.2. **Remuneração da administração:** Os Administradores da Companhia receberam as suas remunerações diretamente por outras empresas do grupo SulAmérica. 12. **Depósitos judiciais, fiscais e obrigações fiscais:** 12.1. **Depósitos judiciais:**

Descrição	2018	2017
Tributárias:		
COFINS	420	408
PIS	4	4
Imposto de renda	9.428	9.124
Subtotal	9.852	9.536
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	21	–
Subtotal	21	–
Total	9.873	9.536
Não circulante	9.873	9.536

12.2. **Movimentação das provisões para obrigações fiscais:** Em 31/12/2018 e 2017, as obrigações fiscais estão registradas em “Contas a pagar – obrigações a pagar”, no passivo não circulante.

Descrição	Saldos em 01/01/2017	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2017
Tributárias:					
PIS	3	–	1	–	4
COFINS	389	–	19	–	408
Imposto de renda	7.132	–	476	–	7.608
Outros	95	57	6	–	158
Total	7.619	57	502	–	8.178
Não circulante	7.619				8.178

Descrição	Saldos em 31/12/2017	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2018
Tributárias:					
PIS	4	–	–	–	4
COFINS	408	–	12	–	420
Imposto de renda	7.608	–	297	–	7.905
Outros	158	161	8	–	327
Total	8.178	161	317	–	8.656
Não circulante					8.656

12.3. **Obrigações Fiscais: IRPJ:** A partir de 01/01/1997, dado o advento da Lei 9.316/96, as despesas relacionadas com a contribuição social sobre o lucro líquido passaram a ser inadmitidas para fins de dedução na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração legislativa acima mencionada, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar que a franqueou proceder com o depósito judicial da parcela em disputa. Em maio de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional, em sede de repercussão geral, o referido dispositivo legal, declarando que tal alteração legislativa estava em perfeita consonância com o ordenamento legal, obstando, por conseguinte, a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. A partir de então, a Companhia passou a não deduzir a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. Nestes termos os valores questionados até 2013 foram integralmente depositados e provisionados. 12.4. **Contingências:** Em 31/12/2018, o valor total em discussão dos processos judiciais trabalhistas especiais, cuja probabilidade de perda é classificada como “possível” é de R\$887 mil. 13. **Patrimônio líquido:** 13.1. **Capital social:** O capital social da Companhia, em 31/12/2018, é de R\$776.390 (R\$726.387 em 2017), representado por 2.925 (2.842 em 2017) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas. Em 27/04/2018 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no valor R\$50.003, sendo: (i) R\$11.670, sem emissão de ações, mediante a capitalização do total da Reserva Legal, na forma do disposto no art. 193 da Lei 6.404/1976; e (ii) R\$38.333 com a emissão de 83 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$461.846,80 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/03/2018, sendo as novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A. 13.2. **Reserva legal:** A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 13.3. **Reserva estatutária:** A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, se for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos. 13.4. **Ajustes de avaliação patrimonial:** A rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial” considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, relativos a títulos próprios e os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. 13.5. **Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado, em consonância com a legislação em vigor. 13.6. **Distribuição do resultado:** Em 31/12/2018 e 2017, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2018	2017
Lucro antes dos impostos e contribuições	209.361	244.583
(-) Impostos e contribuições	(24.894)	(11.288)
Lucro líquido do exercício	184.467	233.295
Outros ajustes	–	106
Lucro líquido após ajustes	184.467	233.401
Constituição da reserva legal (5%)	(9.223)	(11.670)
Lucro líquido ajustado	175.244	221.731
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado (a)	43.811	55.433
(-) dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios (b)	–	55.433
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios (c)	12.750	–
Bruto	15.000	–
Imposto de renda	(2.250)	–
Total dos dividendos a pagar (d) = (a) - (b) - (c)	31.061	–

Destinação:

Constituição de reserva estatutária	129.183	166.298
-------------------------------------	---------	---------

14. Detalhamento das contas do resultado: 14.1. **Receita líquida:**

Descrição	2018	2017
Receitas:	40.198	42.655
Segmento de seguros	40.198	42.655
Impostos sobre receita	(5.720)	(6.346)
PIS/COFINS	(3.718)	(4.225)
ISS	(2.002)	(2.121)
Total	34.478	36.309

14.2. **Despesas administrativas:**

Descrição	2018	2017
Pessoal próprio	(3.641)	(4.089)
Participações no resultado	(153)	(480)
Serviços de terceiros	(292)	(420)
Localização e funcionamento	(763)	(1.266)
Publicidade e propaganda	–	(132)
Outras	(1.300)	(799)
Total	(6.149)	(7.186)

14.3. **Resultado financeiro por categoria:**

Descrição	2018	2017
Títulos e valores mobiliários	2.966	1.207
Valor justo por meio do resultado	407	727
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.559	480
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	7	(110)
Tributos a compensar	54	154
Outros	(516)	287
Total	2.511	1.538

14.3.1. **Receitas financeiras:**

Descrição	2018	2017
Valorização de cotas de fundos de investimentos	407	727
Títulos de renda fixa - públicos	2.566	480
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	316	505
Tributos a compensar	54	154
Outras	43	321
Total	3.386	2.187

14.3.2. **Despesas financeiras:**

Descrição	2018	2017
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(7)	–
Atualização monetária e juros sobre provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(309)	(615)
Outras	(559)	(34)
Total	(875)	(649)

15. **Reconciliação do imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrado a seguir:

		2018		2017
Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	209.361	209.361	244.583	244.583
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(52.340)	(18.842)	(61.146)	(22.012)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(119)	(43)	(140)	(50)
Despesas não dedutíveis	(184)	(66)	(132)	(48)
Encargos sobre participações	—	—	(17)	(6)
Juros sobre o capital próprio	(13.514)	(4.865)	(2.209)	(795)
Outras	(75)	(17)	(8)	—
Subtotal	(13.892)	(4.991)	(2.506)	(899)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	46.379	16.696	54.797	19.727
Atualização de depósitos judiciais	73	26	127	46
Outras	—	—	—	59
Subtotal	46.452	16.722	54.924	19.832
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Compensações	—	—	394	289
Subtotal	—	—	394	289
Redução de incentivos fiscais	759	—	480	—
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(19.021)	(7.111)	(7.854)	(2.790)
Diferidos:				
Constituição crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	—	—	(394)	(289)
Reversão de crédito tributário sobre diferenças temporárias	163	59	157	56
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	747	269	(127)	(47)
Receitas / (despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido	910	328	(364)	(280)
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(18.111)	(6.783)	(8.218)	(3.070)
Alíquota efetiva	8,65%	3,24%	3,36%	1,26%
Alíquota efetiva combinada		11,89%		4,62%
16. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento: Conforme descrito na nota 13.1, a Companhia aumentou seu capital social em R\$49.920 com transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa, dos quais R\$11.670 referente a totalidade do saldo da reserva legal e R\$38.250 com juros sobre capital próprio. A Companhia aumentou, com juros sobre o capital próprio, o capital da SALIC, no montante de R\$10.473, conforme descrito na nota 9.				

